



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

## Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagem da Capa**

Cercas de Pedras, Arraias/TO

2020 by Atena Editora

### **Foto da Capa**

Copyright © Atena Editora

Aline Alves Ribeiro

Copyright do Texto © 2020 Os autores

### **Edição de Arte**

Copyright da Edição © 2020 Atena

Luiza Alves Batista

Editora

### **Revisão**

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Os Autores

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Willian Douglas Guilherme

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-392-7

DOI 10.22533/at.ed.927202109

1. História – Pesquisa. 2. Historiografia. 3. História - Metodologia. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

### Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

No e-book “Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História”, estão reunidos vinte e sete artigos que dialogam entre questões atualizadas e relevantes da pesquisa em história. São quatro grupos divididos por subtemas.

O primeiro grupo, do subtema “História, Educação e Metodologia”, são seis artigos que apresentam resultados em torno das instituições educacionais e debates educacionais no período imperial brasileiro, o papel da pesquisa (auto)biográfica, uma pesquisa que retrata particularidades do Exército brasileiro e propostas entre história e sala de aula.

O grupo dois, “Trabalho, Luta e Identidade”, são seis artigos, dentre eles, uma pesquisa que destaca o discurso do imperador japonês aos seus súditos justificando a rendição japonesa na segunda guerra mundial. Outros artigos destacam a luta operária e a construção de identidades numa interessante intriga historiográfica convidativa ao debate.

O grupo seguinte, “Cinema, Literatura e Arte”, são cinco artigos que trazem pesquisas atuais que entrelaçam história, cinema, arte e literatura. Este conjunto de pesquisas apontam para a pluralidade de possibilidades da pesquisa em história, vale a pena conferir.

Fecham o e-book, cinco artigos que dialogam sobre “Cidades e Particularidades”, trazendo informações das cidades de: Gramado/RS e a origem do turismo; Paraty/RJ de 1965 a 2020; o calçadão da Gameleira na cidade de Rio Branco/AC e; o cargo do Santo Ofício na Bahia.

Navegando pelo índice, com certeza, não menos que um, se não todos os subtemas lhe chamarão a atenção.

Aceite o prazer desta leitura!

Willian Douglas Guilherme  
Organizador

## SUMÁRIO

### HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E METODOLOGIA

#### **CAPÍTULO 1..... 1**

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: UM DEBATE SOBRE AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DA CORTE IMPERIAL BRASILEIRA

Diego Dias Salgado

**DOI 10.22533/at.ed.9272021091**

#### **CAPÍTULO 2..... 18**

O REPOSICIONAMENTO POLÍTICO DO BARÃO DE ABIAHY NOS DEBATES EDUCACIONAIS DO FIM DO IMPÉRIO

Suênya do Nascimento Costa

**DOI 10.22533/at.ed.9272021092**

#### **CAPÍTULO 3..... 28**

UM OLHAR SOBRE A PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Patrícia Simone de Araujo

Sônia Maria de Magalhães

**DOI 10.22533/at.ed.9272021093**

#### **CAPÍTULO 4..... 39**

A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Ivan de Freitas Vasconcelos Junior

**DOI 10.22533/at.ed.9272021094**

#### **CAPÍTULO 5..... 46**

INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A HISTÓRIA DO CONHECIMENTO SISTEMATIZADO

Paulo Augusto Tamanini

Gislânia Dias Soares

Ocimara Fernandes Negreiros Oliveira

Risalva Ferreira Nunes de Medeiros

Vanusa Maria Noronha Medeiros

**DOI 10.22533/at.ed.9272021095**

#### **CAPÍTULO 6..... 58**

O PENSAMENTO HISTÓRICO: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE AULA

Fabricio Adriano

**DOI 10.22533/at.ed.9272021096**

## **TRABALHO, LUTA E IDENTIDADE**

### **CAPÍTULO 7..... 70**

A HONRA MESMO NA TERRA-ARRASADA: O ORGULHO JAPONÊS OBSERVADO NO ÉDITO IMPERIAL AO POVO DO JAPÃO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1945)

Pedro Antonio Saraiva de Carvalho Pereira Francez

**DOI 10.22533/at.ed.9272021097**

### **CAPÍTULO 8..... 77**

A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DE MENINOS NEGROS NA ESCOLA CENTRAL DE MACEIÓ (1887-1893)

Marcondes dos Santos Lima

**DOI 10.22533/at.ed.9272021098**

### **CAPÍTULO 9..... 87**

DIREITOS TERRITORIAIS: AS LUTAS E AS “BATALHAS” EM BUSCA DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS

Elisandra Cantanhede Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.9272021099**

### **CAPÍTULO 10..... 97**

JACY, A OPERÁRIA: DEFENDENDO DIREITOS TRABALHISTAS. IMBITUVA/PR, 1966

Raiele Kollaritsch

Vania Vaz

**DOI 10.22533/at.ed.92720210910**

### **CAPÍTULO 11..... 109**

PROCESSO SOCIO-HISTÓRICO E O CONCEITO DE MODO DE PRODUÇÃO

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

**DOI 10.22533/at.ed.92720210911**

### **CAPÍTULO 12..... 121**

HERÓIS OU BANDIDOS? AS REPRESENTAÇÕES DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO (2007-2010)

Michelle Airam da Costa Chaves

**DOI 10.22533/at.ed.92720210912**

### **CAPÍTULO 13..... 133**

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INTOLERÂNCIA AO CIGANO: DO MITO DO SURGIMENTO DOS CIGANOS AOS MATERIAIS DIVULGADOS EM SALA DE AULA

Marcio Edovilson Arcas

Ademilson Batista Paes

**DOI 10.22533/at.ed.92720210913**

**CAPÍTULO 14..... 146**

O SERTÃO ENTRE O ANTIGO E O MODERNO? APONTAMENTOS DO TEMPO COMO REPRESENTAÇÃO COLETIVA E OS USOS DA SINCRONIA PARA A COMPLEXIFICAÇÃO DE SEU ENTENDIMENTO

Matheus de Araujo Martins Rosa

DOI 10.22533/at.ed.92720210914

**CAPÍTULO 15..... 156**

CONTEXTO PROFISSIONAL DO BAILARINO: ASPECTOS HISTÓRICOS

Ana Lígia Trindade

Patrícia Kayser Vargas Mangan

DOI 10.22533/at.ed.92720210915

**CAPÍTULO 16..... 166**

DAS DANÇAS SACRAS E PROFANAS NO BRASIL COLONIAL: TRANSFORMAÇÕES, IDENTIDADES E APROPRIAÇÃO

Jéssica Viana Marques

João Balduino de Brito Neto

Mikaela Dantas Tavares

DOI 10.22533/at.ed.92720210916

**CAPÍTULO 17..... 173**

RESGATANDO VOZES E REMEMORANDO HISTÓRIAS: O LUGAR DE FALA ZAPATISTA NAS DECLARAÇÕES DA SELVA LACANDONA

Rodrigo de Moraes Guerra

DOI 10.22533/at.ed.92720210917

**CINEMA, LITERATURA E ARTE**

**CAPÍTULO 18..... 183**

A LITERATURA APOCALÍPTICA JUDAICA COMO EXPRESSÃO DE INTERCULTURALIDADE NO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO

Harley Pereira Silva

DOI 10.22533/at.ed.92720210918

**CAPÍTULO 19..... 192**

OPERACIÓN MASACRE (1972) E O CINEMA DE INTERVENÇÃO POLÍTICA NA ARGENTINA

Mirela Bansi Machado

DOI 10.22533/at.ed.92720210919

**CAPÍTULO 20..... 201**

DISCURSOS LITERÁRIOS E CINEMATOGRAFICOS SOBRE O FEMININO: IDENTIDADE, FEMINISMO E REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DO FILME “AS HORAS” (2002)

Natália Gomes da Silva Machado

DOI 10.22533/at.ed.92720210920

**CAPÍTULO 21.....217**

O FENÔMENO MIGRATÓRIO NAS OBRAS: O QUINZE, VIDAS SECAS E MORTE E VIDA SEVERINA

Aline Vieira Fernandes

Mayara Benevenuto Duarte

**DOI 10.22533/at.ed.92720210921**

**CAPÍTULO 22.....229**

“UMA SENHORA BRASILEIRA EM SEU LAR”: REPRESENTAÇÕES DE LEITORAS PELOS PINCÉIS DE DEBRET

Sílvia Rachi

**DOI 10.22533/at.ed.92720210922**

**CIDADES E PARTICULARIDADES**

**CAPÍTULO 23.....242**

“UMA VERDADEIRA SUIÇA BRASILEIRA”: ORIGENS DO TURISMO EM GRAMADO (RIO GRANDE DO SUL, SÉCULOS XIX-XX)

Eduardo da Silva Weber

Daniel Luciano Gevehr

**DOI 10.22533/at.ed.92720210923**

**CAPÍTULO 24.....255**

PROCESSOS NATURAIS E ANTRÓPICOS DE ALTERAÇÃO DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE PARATY, BRASIL, 1965-2020

Rodrigo Zambrotti Pinaud

**DOI 10.22533/at.ed.92720210924**

**CAPÍTULO 25.....267**

O CALÇADÃO DA GAMELEIRA EM RIO BRANCO, ACRE: UMA LEITURA CRÍTICA À LUZ DOS CONCEITOS DE CESARE BRANDI

Pedro Augusto Queiroz de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.92720210925**

**CAPÍTULO 26.....279**

ITABAIANA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA CARÊNCIA DE CONSCIENTIZAÇÃO PATRIMONIAL COMO AMEAÇA À MEMÓRIA EDIFICADA

Nycole de Araújo Régis

Charles Andrade Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.92720210926**

**CAPÍTULO 27.....284**

O CARGO DE FAMILIAR DO SANTO OFÍCIO E AS HABILITAÇÕES INCOMPLETAS PARA BAHIA

Cleílton Chaga Bernardes

**DOI 10.22533/at.ed.92720210927**

|                                 |            |
|---------------------------------|------------|
| <b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b> | <b>294</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>    | <b>295</b> |

# CAPÍTULO 24

## PROCESSOS NATURAIS E ANTRÓPICOS DE ALTERAÇÃO DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE PARATY, BRASIL, 1965-2020

*Data de aceite: 01/09/2020*

*Data de Submissão: 05/06/2020*

### Rodrigo Zambrotti Pinaud

Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP)

Instituto Náutico de Paraty (INP)

Mestre em Ciências de Engenharia de

Planejamento Energético e Ambiental, COPPE/  
UFRJ

Paraty-RJ

<http://lattes.cnpq.br/7895260552851393>

**RESUMO:** O município de Paraty possuiu seu apogeu econômico nos séculos XVII e XVIII, através do seu Caminho do Ouro e dos plantios de cana de açúcar do Café. Pouco descrito, o impacto ambiental desses ciclos levou a degradação de praticamente toda a cobertura florestal do município, praticamente extinguindo a produção da sua famosa aguardente pela falta d'água para força motriz dos engenhos. A partir da década de 60 do século XX, iniciativas do governo brasileiro impactaram o município de Paraty, principalmente com a construção do trecho da Rodovia BR-101, descortinando um litoral de extrema beleza cênica, com ocupação humana de extrema baixa densidade, que foi impactado pelo processo de “Acumulação por Espoliação” que vigorou na região através de agentes de capital privado internacional com o beneplácito do governo militar à época, alterando a dinâmica das populações tradicionais existentes na região, promovendo a capitalização da terra. Paralelamente, a cobertura florestal,

praticamente inexistente até a cota de 100 metros de suas encostas em meados do século XX, se regenerou a partir dos fragmentos florestais remanescentes, sendo que em 2020 o município possui florestas cobrindo praticamente 90% de seu território, principalmente na região da Juatinga, o palco dos principais casos de Acumulação por Espoliação ocorridos na região. Assim, latifúndios improdutivos resultantes da capitalização da terra e a vedação de uso devido a legislação ambiental que foi implantada no período permitiram a recuperação de grande parte da paisagem natural, além da proteção, conservação e recuperação do seu patrimônio histórico pelo IPHAN. Já a partir da abertura da Rodovia BR-101, trecho conhecido como Rio-Santos, no início da década de 70, houve a intensificação do turismo, proliferação de casas de veraneio e a expansão do vetor de expansão urbana, que passaram a se constituir os principais processos de alteração da paisagem do município.

**PALAVRAS-CHAVE:** História de Juatinga - Paraty (RJ), Transformação da paisagem, Acumulação por Espoliação, Mata Atlântica, Unidades de Conservação.

### NATURAL AND ANTHROPOGENIC PROCESSES OF LANDSCAPE USE CHANGES IN THE MUNICIPALITY OF PARATY, BRAZIL – 1965/2020

**ABSTRACT:** The municipality of Paraty had its economic apogee in the seventeenth and eighteenth centuries, through its Gold Way and the coffee sugarcane plains. Little described, the environmental impact of these cycles led to the

degradation of the forest cover of the municipality, practically extinguishing the production of its famous brandy due to lack of water to drive the mills. From the 60s of the twentieth century, initiatives of the Brazilian government impacted the municipality of Paraty, mainly with the construction of the stretch of highway BR-101, unveiling a coast of extreme scenic beauty, with human occupation of extremely low density, which was impacted by the “Accumulation by Dispossession” process that was in place in the region through agents of private international capital with the benefit of the military government at the time, changing the dynamics of the traditional populations existing in the region, promoting the capitalization of the land. At the same time, the forest cover, practically nonexistent up to 100 meters of its slopes in the mid-twentieth century, regenerated from the remaining forest fragments, and in 2018 the municipality had forests covering 90% of the municipality’s territory, mainly in the Juatinga region, the stage of the cases of Accumulation by Spoliation that occurred in the region. Thus, unproductive large estates resulting from land capitalization and the prohibition of use due to the environmental legislation that was implemented in the period allowed the recovery of much of the natural landscape, in addition to the protection, conservation and restoration of its historical heritage by IPHAN. Since the opening of the BR-101 Highway, a stretch known as Rio-Santos, in the early 70’s, there was an intensification of tourism, proliferation of summer houses and the expansion of the urban expansion vector, which became the main processes of alteration of the landscape of the municipality.

**KEYWORDS:** Accumulation by Dispossession; Paraty and Juatinga History; Land Use Changes, Atlantic Rainforest, Nature Conservancy

## 1 | PARATY E A ECONOMIA REGIONAL

### 1.1 A descoberta do ouro (1700/1750) e o cultivo da Cana-de-Açúcar (1700/1900)

Provavelmente, a primeira referência histórica sobre o sítio de Parati, seja de Anthony Knivet:

(...) inglês que se supõe ser de origem nobre e que veio ao Brasil em companhia de Thomas Cavendish (ou Candish), navegador também inglês que pela segunda vez tentava uma viagem de circunavegação, iniciada em 26 de agosto de 1591. Doente e sem poder andar, Knivet foi abandonado por Cavendish na praia de São Sebastião, onde, por milagre, sobreviveu e acabou sendo capturado e feito escravo por Martim Corrêa de Sá, com quem veio a participar de diversas expedições. Vindo do Rio de Janeiro em uma das canoas da expedição de Martim de Sá, Knivet subiu a serra, pela trilha. para combater os índios tamoio e reconquistar o caminho bandeirante do Vale do Paraíba” (RIBAS, 2003).

Em Paraty se fez representar por meio de atividades distintas: no período entre 1690 e 1709 com descoberta do ouro, funcionou como porto do ouro, e depois, entreposto regional; com a abertura do “Caminho Novo”. tornou-se centro produtor e exportador de gêneros alimentícios para as minas; e a partir de meados do século XVIII foi a produção de aguardente, utilizada no escambo dos escravos das minas, que reaqueceu a economia

local. Engenhos, e engenhocas, foram instalados às dezenas, com numerosos pequenos proprietários espalhando-se pela região e iniciando a devastação da floresta primária nas planícies e encostas (FEITOSA, 2016).

Devido à sua localização estratégica, durante esse período, Paraty garantiu importante posição, inclusive os metais preciosos de Minas Gerais que eram escoados para Portugal passavam primeiro pelo seu porto (MELLO, 2002). Por essa época “o caminho marítimo-terrestre por Paraty, onde era vencida a serra do Facão pela antiga trilha guaianá, era o único que existia ligando o Rio de Janeiro a zona das minas recém-descobertas” (SOUZA, 1994).

Aproximadamente no final do século XVII foi iniciada a abertura de uma nova estrada, ligando a cidade do Rio de Janeiro às minas, pela Serra dos Órgãos e mais tarde este caminho veio a ser chamado de Caminho Novo (RIBAS, 2003).

Em 1717, Paraty é descrita como uma pequena vila com menos de 50 casas térreas, a maior parte delas em taipa, cobertas com palhas, com o casario acompanhando o eixo inicial de ocupação. (CURY, 2002).

### *1.1.1 O declínio do ouro (1700/1750) e cultivo do café (1800/1900)*

Com o desenvolvimento da produção da aguardente em Paraty “o Caminho do Ouro passa, então, a ser utilizado cada vez mais como rota de tráfico de escravos, no início legal e depois ilegal, e, mais tarde, para escoar a produção cafeeira do Vale do Paraíba” (RIBAS, 2003).

Enquanto o tráfico negreiro deu-se preferencialmente na costa da Mina, através da Bahia e de Pernambuco, foi o tabaco a moeda mais utilizada. Quando o tráfico se dirigiu para Angola, através do Rio de Janeiro, a aguardente tornou-se a mercadoria de troca mais utilizada no comércio desta cidade com a costa da África, o binômio que prevalecia era aguardente/escravo, e Paraty era o maior centro produtor de aguardente da Capitania. Em 1799, o Rio de Janeiro possuía 616 engenhos de açúcar e 253 de aguardente, sendo 155 destes em Paraty (RIBAS, 2003), ao passo que à medida que se expandiam os canaviais, mais supressão vegetal de suas florestas tornava-se necessária, expondo o solo para a cultura da cana-de-açúcar e já alterando o ciclo das águas em Paraty, pois muitas nascentes e cursos d’água secavam com o avanço da supressão vegetal nas encostas.

Já no início do século XIX o café já era o produto mais exportado no Brasil. O plantio do café trouxe grandes mudanças no início do século XIX, pois muitos abandonaram a produção da aguardente e o cultivo de cana-de-açúcar para se dedicar ao cultivo do novo produto, levando à abertura de novas áreas para cultivo nas encostas de Paraty (MELLO, 2002), resultando em ainda mais supressão vegetal, agora em larga escala e o conseqüente incremento da diminuição das águas superficiais por interferência nas nascentes, de tal forma que foi necessária a intervenção do poder público de então, com

a promulgação de uma lei municipal em 1804 que obrigava lenhadores e madeireiros a praticar o reflorestamento (AMARAL e GURGEL, 1973).

### *1.1.2 A estagnação econômica de Paraty*

Com o passar do tempo o plantio do café deixou de mostrar-se lucrativo (MELLO, 2002). Soma-se a estes acontecimentos a abertura, no ano de 1855, da Estrada de Ferro D. Pedro II, garantindo o acesso do vale do Paraíba ao Rio de Janeiro e encerrando a prosperidade de Paraty, pois nessa conjuntura os produtos oriundos do vale do Paraíba passaram a ser transportados para o porto do Rio de Janeiro através da nova ferrovia (SOUZA, 1994)

De qualquer forma, a economia da cidade já havia entrado em colapso anteriormente e o movimento comercial na velha trilha guaianá já estava completamente abandonado. Os rios da cidade deixam de ter seus leitos limpos pela escravaria, tornando-se severamente assoreados e espraíam-se, transformando suas margens em grandes lodaçais onde impera a malária. Paraty passa a importar até o feijão, de que fora um dos maiores produtores. Começa um longo período de abandono e decadência (RIBAS, 2003)

O café avançou, portanto, pelas terras altas, de geração para geração, nada deixando em seu rastro além de montanhas desnudadas (DEAN, 1996). Tais fatores contribuíram para permanência do lugar em tal situação por algumas dezenas de anos, residindo e resistindo ainda ali muitas famílias empobrecidas, os caiçaras, e grupos negros remanescentes da escravidão que se ligaram as terras das fazendas abandonadas ou que até mesmo receberam por doação dos seus antigos senhores (FEITOSA, 2016). Surge também, de forma incipiente, a monocultura da banana, em algumas das áreas abandonadas pelos antigos cultivos de cana e café.

## **2 | A REDESCOBERTA DE PARATY**

### **2.1 O papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN**

Até o final do século XIX, não havia água encanada em Paraty, e como o seu assentamento estava próximo do mar, não era possível a construção de poços ou cisternas. As construções de dois chafarizes, no Largo Santa Rita e na Praça do Chafariz, tiveram o papel de atenuar tal carência. E assim, isolada, mas com um passado vivo em suas heranças formais e simbólicas, Paraty ficou esquecida por mais de meio século. Este isolamento de Paraty, assim como de inúmeros sítios caiçaras do litoral sul fluminense e norte paulista no mesmo período, permitiu a preservação das edificações do sítio histórico, assim como a conservação de uma cultura particular, material e imaterial

A maioria das edificações de Paraty não possui valor excepcional isoladamente, contudo, é pelo seu conjunto arquitetônico colonial e paisagístico que, somada à Mata

Atlântica, no arcabouço da paisagem de seu entorno, a valorização se efetiva. Assim, em 1945 a cidade é nomeada Monumento Estadual do Rio de Janeiro, sob a supervisão da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1947, a Prefeitura Municipal de Paraty aprova o Decreto-Lei nº 51, de 27 de maio de 1947, o incluindo o Código de Obras, o zoneamento e a zona urbana que delimita o perímetro do centro histórico. Em 1957, Carlos Drummond de Andrade, chefe de Seção de História da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) do Iphan (1958), inscreve a solicitação de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade junto ao órgão federal de preservação. Já Rodrigo de Melo Franco de Andrade, à frente do DPHAN, aprova a inserção do conjunto no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo das Belas Artes, em 1958 (PAES, 2015).

Nas lidas da patrimonialização, ainda era cedo para conceber um tombamento com tal magnitude, o município, e também para somar-se às vozes dos ambientalistas que só chegariam à região no final dos anos 1970.

Todos estes fatos associados somam argumentos para que, em 1966, o Decreto nº 58.077 promova Paraty a Monumento Nacional, status já conferido às cidades de Ouro Preto, Mariana e Alcântara para viabilizar, no planejamento, a proteção do patrimônio em risco por degradação ambiental e urbana.

Atualmente, temos como base regulatória a Portaria IPHAN nº. 402, de 13 de setembro 2012, que dispõe sobre os critérios de preservação e regulamenta as intervenções na área do Município de Paraty/RJ, tombado em nível federal e convertido em Monumento Nacional.

Em 2018, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO incluiu o sítio Paraty e Ilha Grande — Cultura e Biodiversidade na Lista do Patrimônio Mundial Misto, passando a se constituir no 22º bem brasileiro a receber o título de Patrimônio Mundial, uma vez que o país já possui sete sítios naturais e 14 sítios culturais reconhecidos.

## **2.2 Os Projetos de Desenvolvimento Regional -Vetores de Impacto Social e Ambiental**

### *2.2.1 Construção da BR-101*

“A construção da rodovia Rio-Santos foi incluída no Plano Rodoviário Nacional pela Lei n.º 2.975, de 27 de novembro de 1956, sob a sigla BR-6, recebendo a denominação que conhecemos atualmente em 1964” (CARVALHO, 2009). Aberta ao tráfego em 1975, foi fator determinante para o fim do relativo isolamento de Paraty: Era uma via moderna de transporte rodoviário. Intensificou-se então a entrada de capital, principalmente estrangeiro, em todos os setores da economia da região, com todas as facilidades permitidas pelo governo, enquanto a reforma agrária esboçada na década de 1960 foi deixada de lado (LHOTTE, 1982).

Até os primeiros anos da década de 50, a terra onde moravam esses caiçaras tinha pouca valia. Daí eles viverem em paz, praticamente isolados do resto do mundo. Há quem comparasse o litoral entre as cidades do Rio de Janeiro e Santos, até aquela época, com o “vazio econômico” da Amazônia de antes de 1973. E “vazio econômico” é o isolamento frente ao processo capitalista desenrolado no restante do país (...) Com o desinteresse do capital, o caiçara pôde sobreviver em suas posses centenárias. Os seus títulos muitas vezes datam do tempo das sesmarias e de doação de terra às ordens religiosas (SIQUEIRA, 1984).

Na década de 60, vários fatores vêm tirar o caiçara de seu isolamento. As vias de acesso ao norte paulista são melhoradas. A PETROBRAS se instala na região, em São Sebastião e Angra dos Reis e as Usinas Nucleares de Angra dos Reis (atraindo pessoas de outras localidades em busca de novos campos de trabalho), fazendo com que pessoas de alto poder aquisitivo busquem outras áreas de lazer (SIQUEIRA, 1984).

Na matéria “As favelas de caiçaras” publicada na revista *Veja* de 24/12/1975, lê-se que muitos dos caiçaras viviam isolados na praia do Sono, em Paraty, próximas à vila de Trindade, e que não conheciam o dinheiro até a chegada dos especuladores imobiliários no Município, com a construção da Rio-Santos. A partir do simples projeto da Rio-Santos, os proprietários de terras surgem como que do nada, demarcando áreas enormes a partir de pequenas escrituras, “grilando” terras, expulsando os lavradores com violência e ameaças ou mesmo com ofertas irrisórias a que os lavradores não resistiam, por não conhecer o valor exato do dinheiro. Estes, analfabetos em sua maioria, eram enganados de várias formas, inclusive assinando contratos de arrendamento, meia ou parceria, onde acabavam cedendo seus direitos de posse, sem saber (BRASIL, 2017).

Após a venda de suas terras, esses caiçaras mudaram com suas famílias para a cidade de Paraty, e só encontraram guarida nos bairros de baixa renda como Ilha das Cobras e Mangueira ou na zona rural do município. Esse processo histórico era baseado no conceito de “Acumulação por Espoliação”, que consistia em

“(... ) mercadificação, e a privatização de terra e expulsão violenta de populações camponesas, a conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado, em direitos exclusivos de propriedade privada (...), além de (...) isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo a terra para a corrente principal privatizada (HARVEY, 2004).

Tal corrente principal privatizada, naquela época, em Paraty se constituiu em um exercício de força e que, em Paraty, teve como um de seus mais importantes vetores o conglomerado capitalista denominado “Atlantic Community Development Group for Latin America” – ADELA. (DREIFUSS, 1987).

Nenhuma formação foi mais representativa do processo de integração capitalista (internacionalização, centralização organizacional e fusão e interpretação financeiro-

industrial), que ocorria em meados da década de 50 e princípios da década de 60, do que a ADELA:

A ADELA foi formada em 1962 a partir de recomendações de um *think-tank* encabeçado pelo vice-presidente da Standard Oil for New Jersey (grupo Rockefeller) e pelo vice-presidente da FIAT (complexo Agnelli). Tal conglomerado foi posto em ação por parlamentares da OTAN e senadores dos Estados Unidos. A ADELA foi registrada no Grão-Ducado de Luxemburgo em setembro de 1964, operando na América Latina através de um escritório em Lima, no Peru. A organização consolidou-se no fim da década de 60 e, em fins de 1972, os acionistas da ADELA incluíam 240 companhias industriais, bancos e interesses financeiros de 23 países (8 empresas do Brasil). A ADELA foi também capaz de exercer forte pressão sobre os governos dos países onde ela opera. As suas funções são explorar as oportunidades de investimento para as corporações multinacionais e criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais (DREIFUSS, 1987).

### *2.2.2 A Apropriação por Espoliação na Região da Juatinga, em Paraty*

Com a construção do trecho da rodovia BR-101 conhecido como Rodovia Rio-Santos, concluída em 1975, transformou o litoral dos municípios atravessados por essa rodovia (Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba e Caraguatatuba) em uma das áreas de maior valorização e especulação imobiliária do país. Logo foram descobertas praias paradisíacas e isoladas, habitadas há séculos por pequenas, rudimentares e praticamente autossuficientes comunidades caiçaras, até então inacessíveis por automóveis, algumas inclusive até os dias de hoje. Era algo barato demais para o tamanho da oportunidade de negócio que se descortinava.

#### *2.2.2.1. Projeto Turis*

A maior contribuição para o projeto de injeção de seu capital e domínio territorial da ADELA em Paraty teve início por iniciativa tomada em Março de 1972, pela Embratur, de firmar um convênio com a estatal francesa Société Centrale Pour L'équipement du Territoire (SCET). No acordo Embratur – SCET estava previsto o levantamento da capacidade de ocupa  o e desenvolvimento econ  mico do litoral Rio de Janeiro até Santos. O objetivo era construir normas para a ocupa  o do solo e para a implanta  o de atividades turísticas para cada uma das faixas do litoral inaugurado pela BR-101. O resultado do convênio ficou conhecido como Projeto TURIS. (EMBRATUR/SCET, 1972)

A maior concentra  o dos estudos dizia respeito às praias. No total foram contabilizadas e descritas 220 praias entre os municípios de Mangaratiba, no Rio de Janeiro, e Bertioga, em São Paulo. Somam-se a esse número, as ilhas de Itacuru  , Grande, Gip  ia, Anchieta e São Sebastião. Para cada uma das praias e ilhas, foram analisadas e fixadas a densidade populacional, a capacidade total de leitos turísticos, as áreas de voca  o ou não turísticas, entre outros aspectos. Tal Projeto incentivou a implanta  o de *Resorts* ao

longo da BR-101, como Portugalo, Porto Frade, Portobello, Club Med e o Condomínio Laranjeiras. Por fim, as praias foram classificadas de acordo com três categorias:

a) praia para turismo de qualidade tipo enseada pequena, calculando-se sua densidade em um banhista por 25 m<sup>2</sup>:

b) turismo médio, tipo enseada grande (como a praia de Botafogo, no Rio), um banhista por 10m<sup>2</sup>;

c) turismo econômico, tipo “praia linear, um banhista por 5m<sup>2</sup>” (EMBRATUR/SCET, 1972).

As principais praias e regiões costeiras de Paraty, logo as localizadas na região da Juatinga (o complexo de Trindade, com suas diversas praias, o Complexo de Laranjeiras, com também suas diversas praias, bem como as Praias do Sono, dos Antigos, Antiguinhos e Ponta Negra tiveram Classificação “A” no Projeto TURIS e, com uma informação tão clara, foram enxergados pela ADELA como uma excelente oportunidade de investimento em sua carteira.

### **3.1 A REGIÃO DA JUATINGA COMO ALVO DA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO**

As novas formas de capitalismo, que se realizavam a nível global através de uma articulação complexa e contraditória com as várias formações sociais nacionais, tiveram como expressão organizacional básica as corporações multinacionais. O capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista.

Através do seu controle oligopolista do mercado, as companhias capitalistas (Estados Unidos e Europa), o capital financeiro reinava supremo no círculo de hegemonia americana. A maior parte dos investimentos no Brasil era feito por corporações americanas multinacionais de maior importância, organizadas localmente de acordo com a lei brasileira de modo a usufruir vantagens administrativas ou tributárias. O processo de concentração industrial foi acompanhado por uma extrema concentração de posse de terra, o que promoveu o processo de Acumulação por Espoliação na região (DREIFUSS, 1987)

#### **3.1 O Papel do ex-Governador da Guanabara Carlos Lacerda e o Condomínio Laranjeiras**

Mas o que determinou o interesse dos grupos econômicos estrangeiros foi a implantação da construção da BR-101, a rodovia Rio-Santos. O argumento de que seu projeto, embora tido como sigiloso para que fosse evitada a especulação imobiliária naquela área litorânea revelou-se falacioso. Quando foi inaugurado o primeiro e único

trecho da estrada, entre Ubatuba e o Rio, em 1974, os títulos das terras por onde passava a estrada já eram, na sua maioria, de propriedade do senhor Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara (SIQUEIRA, 1984). De posse de informações privilegiadas, o senhor Carlos Lacerda, em conluio com grupos econômicos mancomunados, se anteciparam à iminente supervalorização das terras e garantiram seu quinhão espoliativo na região, tendo adquirido por valores marginais de seus proprietários originais e posteriormente revendendo à ADELA, em conjunto com a sua subsidiária Brascan em 1972, conforme atesta escritura lavrada no 17º Ofício de Notas do Rio de Janeiro o que pode ser considerada a jóia da coroa do litoral de Paraty (SIQUEIRA, 1984), mapeado pelo Projeto TURIS: Os terrenos e as praias da Fazenda Laranjeiras, praticamente na divisa dos estados do Rio e São Paulo, para a implantação de um condomínio para a nata da plutocracia brasileira, o Condomínio Laranjeiras, algo sem precedentes no território brasileiro, removendo seus habitantes seculares de suas posses e reassentando-os longe das praias e posteriormente vedando seu acesso a elas.

### 3.2 Trindade

Com 1.403 hectares adquiridos do conglomerado ADELA/Brascan, a Companhia Paraty de Desenvolvimento Turístico S/A (a “Cia”) almejou estender seus domínios para a praia vizinha, a de Trindade. A “Cia”, cujo presidente era o General Candal da Fonseca, um dos mandarins da ditadura, membro do *“sacro colégio de generais que empossou Emílio Garrastazu Médici na presidência da República”* (GASPARI, 2002), o que denota a proximidade dos dirigentes de tais grupos econômicos com as esferas decisórias do governo militar de então, enfrentou grande resistência de seus moradores tradicionais, os “Trindadeiros”. Alguns não desistiram e cada vez que uma casa era derrubada levantavam outras, em mutirão, de um dia para outro em locais diferentes. Ao final dos anos 70, baseada nos princípios da coação e do dolo, a Associação de Moradores local, com a devida assessoria jurídica do advogado Sobral Pinto e da Sociedade de Defesa do Litoral, demonstrou que a compra das posses pela Cia. estava viciada. E, em outubro de 1979, após nove anos de resistência e disputas judiciais, os Trindadeiros conseguiram um acordo, no âmbito da ação judicial, com a Cobrasinco S/A (empresa que adquiriu as terras da Cia). Das 120 famílias que viviam no povoado, apenas 72 resistiram até o acordo (SIQUEIRA, 1984). A cada família foi concedido um título de propriedade, descaracterizando a ocupação fundiária tradicional com terras livres e abundantes, sem cercas, onde cada morador tinha seu quinhão de acordo com o tamanho de sua família (BRASIL. PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. SECRETARIA DE APOIO PERICIAL, 2017).

## **4 I O PAPEL DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PARA A CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE PARATY**

Com 81,91% do seu território inserido em Unidades de Conservação (UC's), no ano de 2017 (BRASIL, 2017) o município de Paraty apresenta um ativo ambiental expressivo. Estão sobrepostos ao município de Paraty o Parque Nacional (PARNA) da Serra da Bocaina, primeira Unidade de Conservação do município, implantada em 1971 através do Decreto nº 68.172; Área de Proteção Ambiental (APA) do Caiuruçu, criada pelo Decreto nº 89.242, de 1983; Estação Ecológica de Tamoios, instituída pelo Decreto nº 98.864, de 1999; Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), criada pelo Decreto Estadual nº 17.981, de 1992 e a APA Marinha da Baía de Paraty, Enseada de Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá, criada pela Lei Municipal nº 685, de 1984. Todas essas Unidades de Conservação, com as vedações de uso da terra preconizadas em seus respectivos Planos de Manejo, tiveram preponderante e fundamental função em proteger os ecossistemas existentes no município de Paraty, garantindo a preservação e recuperação de grande parte da paisagem natural do município.

## **5 I A RECUPERAÇÃO DA COBERTURA FLORESTAL DO MUNICÍPIO DE PARATY**

Em 2007, em mapeamento elaborado pela então Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEA) do Rio de Janeiro, foi levantado que mais de 88% da área apresentava uso de Floresta, enquanto apenas 9,13% era destinado a atividades antrópicas – ocupações urbanas de média e baixa densidade e pastagens. Já para o ano de 2012 uso de Floresta superou 90% (FERREIRA, 2016).

Pode-se dizer que as encostas de praticamente todo o município de Paraty, principalmente aquelas localizadas nas regiões correspondentes a Unidades de Conservação, permaneceram sem intervenção humana desde a década de 60 do século XX. Cessou todo o tipo de agricultura, exceto a de subsistência caiçara, pontual e não impactante (BRASIL, 2017). Através da comparação de fotos atuais de uso e ocupação do solo com fotos antigas da região, principalmente com as ortofotos pancromáticas na escala 1:25.000 oriundas do levantamento aerofotogramétrico da Força Aérea Norte Americana (USAF), realizado em 1965 (Arquivo do Autor) fica evidente a regeneração florestal em grandes áreas do município de Paraty, principalmente na região da Juatinga.

Além da ação dos Órgãos Governamentais de Proteção ao Patrimônio Histórico e dos Órgãos Ambientais, a recuperação da cobertura florestal das encostas de Paraty também se deu pela vedação de seu uso por parte de seu ocupante tradicional, a população caiçara, pelo medo que os Conglomerados e as Companhias impunham. Estes três fatores em conjunto garantiram que a própria natureza fizesse seu papel, com as florestas se regenerando naturalmente em áreas outrora desmatadas, principalmente as encostas do

litoral do município. Pode-se dizer que a Acumulação por Espoliação, apesar de todo o impacto socioambiental provocado, algo reprovável e cujos impactos negativos se refletem até os dias de hoje no município, foi um dos vetores da conservação das paisagens do município de Paraty, porque resultou inicialmente no despovoamento da terra e posterior vedação de seu uso pelos moradores tradicionais ainda remanescentes pelos novos proprietários, geralmente pelo uso da violência, gerando latifúndios produtivos onde suas áreas desflorestadas se regeneraram. Ressalta-se que apesar do ganho ambiental em termos de regeneração vegetal e florestal, na região da Juatinga a aplicação da legislação ambiental também acarretou impactos socioambientais que ainda perduram nos dias de hoje e estão longe de serem solucionados.

## REFERÊNCIAS

**EMBRATUR/SCET.** Projeto Turis. EMBRATUR/Société Centrale Pour L'Équipement du Territoire (SCET), 1973. Fonte Documental, Arquivo do Autor

**USAF/CPRM.** Conjunto de Ortofotos Pancromáticas 1:25.000 do município de Paraty. datadas de 1965,. Arquivo do Autor

**BRASIL.** Dossiê Patrimônio Misto Mundial. Paraty, Cultura e Biodiversidade. Proposta de Sítio para a UNESCO. Ministério do Meio Ambiente-MMA/Ministério da Cultura-MinC. 120P, 2017

**BRASIL. PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. SECRETARIA DE APOIO PERICIAL.** Comunidade Tradicional. Caiçara. Sobreposição do Parque Nacional da Serra da Bocaina em área caiçara. Paraty/RJ. Análise documental e vistoria. PARECER TÉCNICO Nº 236/2017- SEAP. Rio de Janeiro, 2017

**CAMARGO,** Cezar Pardo Mêo Pompeo de. Territorialidades Caiçaras entre o tempo de antigamente e o tempo de hoje em dia em Paraty, RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá). Tese (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências da UNICAMP, 2013

**CARVALHO, Aline Vieira de.** Entre ilhas e correntes: A criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2009

**COTRIM, Cássio Ramiro Mohallem.** Villa de Paraty. Capivara Editora Ltda. Rio de Janeiro, 272p, 2012

**CURY, Isabelle.** A Evolução Urbana e Fundiária de Parati do séc. XVII até o século XX, em face da adequação das normas de proteção de seu patrimônio cultural. Vol. I. Tese (Mestrado em Arquitetura), FAU/USP, São Paulo, 2002

**DEAN, Warren.** A Ferro e a Fogo. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. Companhia das Letras, São Paulo, 484p, 1996

**DREIFUSS, René Armand.** 1964: a conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classe. Petrópolis, 814p, 5a edição, Editora Vozes, 1987.

**FEITOSA, Anagesse de Carvalho.** Formas de resistência cotidiana: O caso de Campinho da Independência no litoral sul do Rio de Janeiro. Tese (Mestrado em Geografia) Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ. 2016

**FEITOSA, Anagesse de Carvalho e MONTENEGRO DA SILVA, Iby.** Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. *In: Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. UFRRJ/FAPERJ, 2016

**FERREIRA, Stella Mendes.** Efetividade da Legislação Ambiental para a Conservação das Paisagens de Paraty (RJ). Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia/ UFRJ, 2016

**GASPARI, Elio.** A Ditadura Escancarada. Companhia das Letras. São Paulo, 507p, 2002

**GURGEL, Heitor e AMARAL, Edelweiss.** Paraty, Caminho do Ouro. Livraria São José. Rio de Janeiro, 213p, 1973

**HARVEY, David.** O Novo Imperialismo. Edições Loyola, São Paulo, 201p, 2004

**LHOTTE, Christine.** Trindade para os trindadeiros. Tese (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, 1982.

**MELLO, Diuner.** Paraty – Roteiro do Visitante. Paraty. Associação Pró Paraty Patrimônio da Humanidade – Prefeitura Municipal de Paraty. 29p, 2002.

**PAES, Maria Teresa Duarte.** Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v.23, n.30, p. 105-118, jul./dez. 2015

**RIBAS, Marcos Caetano.** A História do Caminho do Ouro em Paraty. Contest Produções Culturais, Paraty, 143p, 2003

**SIQUEIRA, Priscila.** O Genocídio dos Caiçaras. 1a Edição, Massao Ohno – Ismael Guarnelli/Editores, São Paulo, 78p, 1984

**SOUZA, Marina de Mello e.** Paraty: a cidade e as festas. Editora UFRJ. Tempo Brasileiro. 84p., 1994.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adesismo 18

Apocalipse 183, 184, 185, 186, 187

Arquitetura Escolar 1, 5, 8, 16

### B

Bailarino 156, 159, 161, 162, 163, 164, 165

Barão do Abiahy 18, 19

Brasil Colonial 166, 172

Brasil Império 18, 19

### C

Cesare Brandi 267, 268, 278

Cinema 148, 159, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 251, 252, 275

Cristãos-novos 284

Cronologia 122, 146, 154, 155

Cultura Cigana no Brasil 133

### D

Dança 141, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172

Descaracterização 279, 280, 281, 282

Desenvolvimento 1, 3, 4, 7, 9, 13, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 132, 139, 146, 152, 157, 158, 161, 164, 194, 197, 219, 222, 242, 243, 250, 251, 257, 259, 261, 263, 266, 289

Direitos 65, 81, 87, 92, 93, 95, 96, 97, 100, 101, 124, 130, 131, 144, 177, 178, 212, 227, 260

Disputas 21, 87, 180, 214, 263

### E

Escolarização 1, 3, 4, 8, 9, 11, 15, 63, 65, 77, 78, 82, 133, 237

Experiência 13, 14, 35, 38, 45, 47, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 79, 86, 90, 162, 172, 176, 184, 196, 205, 228, 268

### F

Formação 4, 5, 16, 20, 21, 22, 27, 42, 43, 47, 48, 51, 52, 56, 60, 77, 81, 85, 86, 88, 90, 98, 109, 111, 112, 113, 117, 119, 144, 145, 147, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 174, 177,

197, 202, 213, 218, 230, 232, 237, 238, 241, 242, 243, 247, 252, 260, 271, 275

## **G**

Gênero 29, 31, 33, 35, 98, 107, 118, 165, 185, 186, 187, 189, 191, 196, 201, 202, 211, 230

## **H**

Hiroshima 70, 71, 74, 76

Honra 70, 74, 75, 177

## **I**

Identidade 15, 29, 41, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 111, 135, 139, 140, 141, 156, 166, 168, 169, 170, 171, 176, 194, 195, 197, 201, 220, 226, 228, 242, 243, 245, 254, 280

Instituição Escolar 1, 11, 46, 47, 49, 50, 51

Intolerância 133, 134, 139, 142, 144, 269

## **J**

Jean-Baptiste Debret 229, 230, 231, 232, 239, 240

Judaísmo 183, 188, 191

## **L**

Lei do Ventre Livre 18, 20, 22, 24, 77, 79, 81, 82, 84, 85

Linguagem 34, 47, 165, 166, 169, 170, 197, 201, 203, 204, 206, 209, 214, 226, 228, 233, 234, 241, 268, 271, 273, 275, 276, 277

## **M**

Mata Atlântica 255, 258, 265

Memória 11, 12, 13, 14, 15, 17, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 50, 65, 69, 97, 98, 146, 147, 150, 155, 156, 169, 176, 194, 207, 229, 230, 232, 238, 240, 278, 279, 280

Migração 134, 217, 218, 221, 223, 228

Milícia 121, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131

Movimentos Sociais 65, 118, 173, 180, 182

Mulher 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 136, 137, 141, 201, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 230, 287

## **N**

Nagasaki 70

Negros 55, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 141, 170, 171, 231, 232, 258

## **P**

Pensamento 19, 22, 23, 29, 31, 34, 41, 52, 54, 58, 64, 66, 68, 72, 86, 90, 98, 100, 141, 144, 174, 182, 186, 188, 198, 207, 210, 219, 228, 232, 269, 285

Peronismo 192, 193, 194, 195, 199, 200

Política 3, 9, 11, 12, 15, 18, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 48, 52, 56, 88, 93, 95, 99, 101, 112, 113, 119, 120, 128, 129, 130, 131, 139, 143, 151, 155, 161, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 180, 185, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 208, 219, 225, 232, 234, 235, 243, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 265, 285

Produção 3, 5, 6, 8, 10, 16, 29, 31, 32, 33, 34, 39, 44, 49, 50, 54, 60, 65, 76, 99, 103, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 125, 128, 134, 162, 163, 175, 184, 189, 190, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 220, 231, 232, 235, 253, 255, 256, 257, 271, 272

Profano 166, 168, 169, 170

## **Q**

Quilombos 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96

## **S**

Sacro 166, 169, 263

Santo Ofício 284, 285, 286, 289, 292

Segunda Guerra Mundial 42, 43, 45, 70, 143

Sertão 146, 147, 151, 152, 155, 219, 224, 226, 245, 281

Sociedade 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 23, 24, 25, 31, 35, 36, 39, 44, 46, 47, 50, 52, 63, 65, 66, 70, 71, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 89, 91, 93, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 118, 119, 123, 128, 132, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 154, 155, 159, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 175, 177, 178, 181, 191, 194, 197, 203, 208, 209, 211, 213, 214, 217, 219, 222, 223, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 240, 241, 242, 250, 263, 266, 273, 274, 275, 283, 287, 288, 292

## **T**

Tempo 2, 3, 4, 9, 13, 14, 17, 20, 21, 25, 31, 34, 35, 36, 37, 44, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 56, 60, 61, 66, 68, 69, 72, 73, 74, 81, 82, 83, 88, 89, 91, 98, 101, 103, 105, 106, 112, 113, 115, 118, 121, 122, 123, 125, 126, 131, 132, 134, 136, 138, 141, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 167, 168, 170, 171, 173, 175, 183, 184, 185, 195, 199, 202, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 222, 227, 231, 233, 235, 242, 243, 249, 252, 258, 260, 265, 266, 268, 269, 270, 273, 274, 280, 281, 286

Territórios 37, 76, 87, 89, 93, 94, 95, 174, 182

Transformação 63, 99, 149, 169, 185, 195, 199, 243, 255

Turismo 119, 242, 246, 250, 251, 252, 253, 255, 262

## **U**

Unidades de Conservação 255, 264

Urbanização 102, 143, 235, 242, 243, 250

## **V**

Verdade histórica 28, 30, 37

Violência 9, 91, 97, 116, 121, 126, 128, 130, 131, 132, 133, 136, 141, 143, 150, 155, 194, 197, 199, 260, 265

## **Z**

Zapatismo 173, 174

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Pluralidade de Temas e Aportes  
Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Pluralidade de Temas e Aportes  
Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História